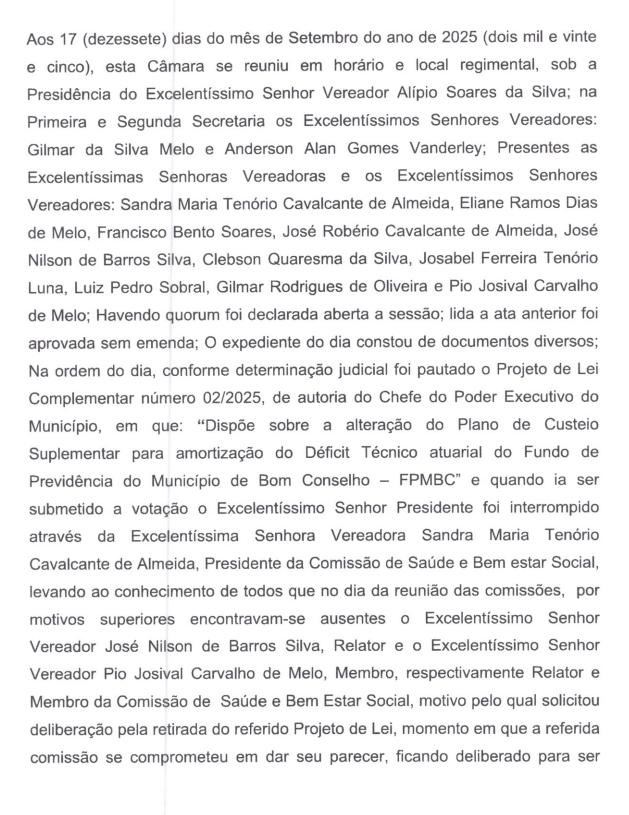
Ata da Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Bom Conselho (PE), realizada no dia 17 (dezessete) do mês de Setembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

VEREADORES

CONSELM





incluído novamente na ordem do dia da próxima sessão; Prosseguindo foram apresentadas, discutidas, votadas e aprovadas por maioria à Emenda Modificativa, Supressiva e Aditiva, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Vereadores: Anderson Alan Gomes Vanderley, Eliane Ramos Dias de Melo, Gilmar da Silva Melo, José Nilson de Barros Silva e Sandra Maria Tenório Cavalcante de Almeida, ao Projeto de Lei número 006/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, em que: "Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 e dá outras providências", as quais constam do seguinte teor: Art. 1º. Fica emendada a parte normativa do Projeto de Lei 006/2025, dando nova disposição ao texto original, passando a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 4°; (...) § 3º Serão realizadas audiências públicas: I no período de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2027 e das metas fiscais; do Plano Plurianual - PPA 2026/2029 e suas revisões; e da Lei Orçamentária Anual - LOA/2026." "Art. 14. (...) § 2º Na hipótese de não utilização da reserva de contingência nos fins previstos no art. 5°, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 101, de 2000, a reserva poderá ser usada como recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais a partir de abril de 2026, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal." "Art. 34. A despesa autorizada para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária terá sua execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada no exercício de 2025, conforme critérios estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e seus parágrafos, com a redação estabelecida pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021." "Art. 36-A. O Projeto de Lei Orçamentária de 2026 conterá reservas específicas para atender as emendas parlamentares, no montante equivalente ao disposto na Lei Orgânica Municipal, consoante disposições do § 9º do art. 166 da Constituição da República. Art. 36-B. As emendas parlamentares serão formuladas tendo como recursos orçamentários a reserva para emendas parlamentares que será incluída na proposta da LOA/2026, apresentada à Câmara de Vereadores." Art. 43. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária disporá de autorização no montante de até 10% para o Poder Executivo proceder, mediante Decreto, à abertura de créditos adicionais. "Art. 50 (...) III -

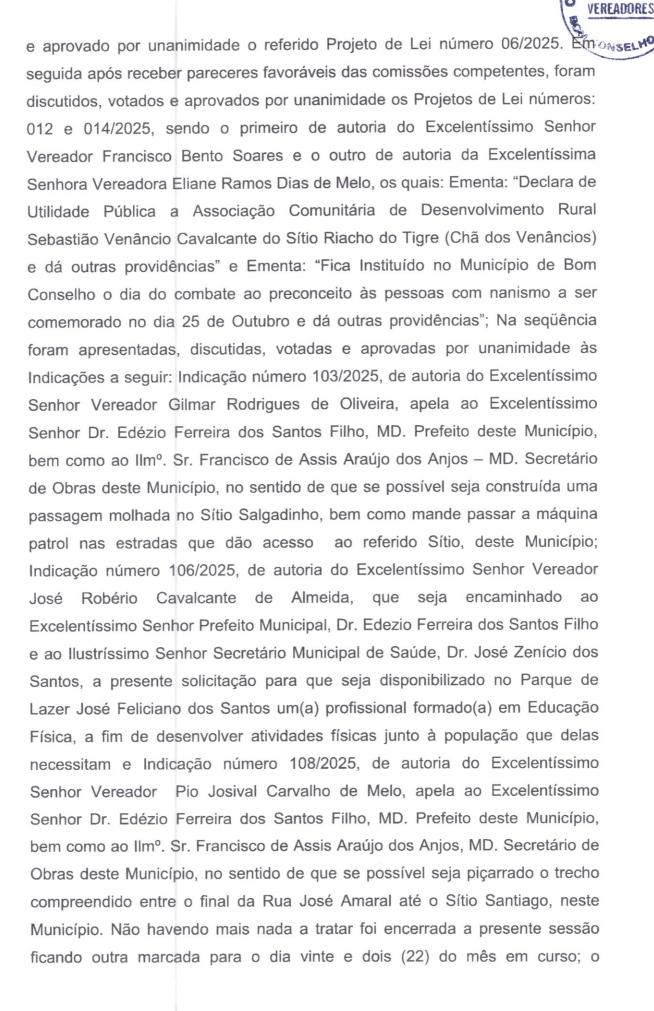
VEREADORES



as alterações e inclusões de fontes de recursos, modalidades de aplicação, categoria econômica e grupo de natureza que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias, inicialmente contempladas na lei orçamentária ou em créditos adicionais, serão feitas mediante autorização do Poder Legislativo Municipal. IV - Será concedido na Lei Orçamentária autorização para abertura de créditos suplementares, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal, com recursos de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias destinadas a suprir insuficiência de saldos das dotações relativas à pessoal, dívida pública, saúde, educação, assistência social, defesa civil, epidemias, catástrofes e do Poder Legislativo, justificadamente, desde que utilizado comprovadamente o limite de suplementação concedido. V — Dentro do mesmo grupo de despesa e no mesmo órgão, desde que não altere o valor total do orçamento, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal, poderão ser remanejado os saldos das despesas sem onerar o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual." "Art. 54. (revogado)". "Art. 59. (...)2º (revogado)". Art. 2°. Fica emendada a parte integrante dos ANEXOS do Projeto de Lei 006/2025, para determinar que se proceda com as devidas correções, dando nova disposição ao texto original: I -Corrigir o erro na tabela de Receita, adequando o valor corretamente recebido pelo município que foi maior que o disposto de R\$ 11.000.000,00 a título de recursos do Fundeb em 2024.II -Corrigir a divergência na receita total arrecadada em 2024, onde no arquivo da ralor arrecadado em 2024 foi R\$ LDO consta R\$ cer a previsão de pagamento para as dívidas com a CELPE e RPPS. IV - Adequar os valores da LDO para que não haja sobra negativa de caixa, como observado (R\$ -6.081.000,00) incompatível com a diretriz orçamentária. V -Adequar o orçamento à realidade afastando-se do plano ficto, observado quando da análise da perspectiva para o valor do gasto novos projetos encontra-se incompatível, posto que prevê R\$ 64.000.000,00 em obras no exercício de em 2026 (valor incompatível com a realidade) conforme últimas páginas do projeto de lei, porém no anexo da despesa prevista para 2026 consta R\$ 12.500.000,00 que é um valor mais real para Bom Conselho (valor compatível com a realidade).Art. 3°. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação em plenário. Câmara Municipal de Bom Conselho, em 09 de setembro de 2025; Na sequência foi discutido, votado

VEREADORES







Excelentíssimo Senhor Presidente mandou que eu Gilmar da Silva Melo, Primeiro Secretário, lavrasse a presente Ata que após aprovada vai por mim assinada e por quem de direito. Sala das Sessões, em dezessete (17) do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (17/09/2025).

VEREADORES

